

XVI ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO

Desafios e Perspectivas da Internacionalização da Construção
São Paulo, 21 a 23 de Setembro de 2016

CONTRIBUIÇÕES AO ESTUDO DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: MOBILIDADE DESCENDENTE ESPACIAL NA CIDADE DE MARABÁ-PA¹

**NASCIMENTO, Antonio Carlos Santos (1); FEITOSA, Thalys Soares (2); MARTINS, Thaylor
Cardoso (3)**

(1) UNIFESSPA, e-mail: profnascimento@unifesspa.edu.br; (2) UNIFESSPA, e-mail:
thalysfeitosa@unifesspa.edu.br; (3) UNIFESSPA, e-mail: Thaylor.mts@gmail.com

RESUMO

Associada à ausência de recursos para manutenção da habitação, provenientes de pressões econômicas e simbólicas, a mobilidade descendente espacial descreve a saída de indivíduos e famílias de seu território de reprodução social, onde detinham condições mínimas de habitabilidade, passando a ocupar habitações precárias na forma de cortiços, favelas, ocupações irregulares, ou mesmo nenhuma moradia, em áreas desassistidas de equipamentos públicos e infraestrutura básica. Este artigo objetiva relacionar os projetos federais e a densificação da cidade de Marabá, identificando os cenários de especulação imobiliária neste núcleo urbano, relacionando-os ao fenômeno de mobilidade descendente espacial. Para obtenção dos dados efetuou-se levantamentos bibliográficos, pesquisa documental, além de procedimento survey e análise de imagens geo-eyes. A análise das informações determina vetores de ocupações espontâneas, principalmente, nas cotas mais baixas da sede municipal, em áreas de várzea, o que atrela possíveis impactos socioambientais e representa conflito com a vigente legislação ambiental. Considerando a perspectiva de crescimento de Marabá como metrópole, a mobilidade descendente espacial tende a acentuar-se, elevando-se, simultaneamente, o número de habitações precárias, periferização e outros problemas associados, como aumento de população em situação de rua. Dessa maneira, esta pesquisa busca contribuir com as primeiras análises necessárias para compreensão e enfrentamento dessa problemática.

Palavras-chave: Mobilidade descendente espacial. Especulação imobiliária. Marabá-PA.

ABSTRACT

Coupled with the absence of funds for housing maintenance, from economic and symbolic pressures, spatial downward mobility describes the output of individuals and families in their territory of social reproduction, which held minimum living conditions, and occupy substandard housing in the form of tenements, slums, illegal occupations, or no housing, in underserved areas of public facilities and basic infrastructure. This article aims to relate federal projects and densification of the city of Marabá, identifying the real estate speculation scenarios in this urban center, linking them to the spatial downward mobility phenomenon. To obtain the data was executed bibliographic and documentary research, and survey procedure and analysis of geo-eyes images. The analysis of information determines vectors of spontaneous occupations, mainly in the lower elevations of the municipal headquarters in lowland areas, which implies possible environmental impacts and

¹NASCIMENTO, A.C.S.; FEITOSA, T.S.; MARTINS, T. Contribuições ao estudo da produção do espaço urbano: mobilidade descendente espacial na cidade de Marabá-PA. In: ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 16., 2016, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ENTAC, 2016.

represents conflict with current environmental legislation. Considering the growth prospects of Marabá as metropolis, spatial downward mobility tends to enlarge, rising at the same time, the number of substandard housing, peripherization and other associated problems such as population increase in the streets. Thus, this research seeks to contribute to the first analyzes necessary for understanding and coping with this problem.

Keywords: *Spatial downward mobility. Real State Mobility. Marabá-PA.*

1 INTRODUÇÃO

A produção do espaço urbano pode ser entendida como consequência das ações e interações de proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários, Estado e grupos sociais excluídos, entre eles mesmos, com os outros segmentos da sociedade e o território. Dotados de contradições, não raro, essas interações mostram-se conflituosas e, por essa razão, caracterizam o território como arena de manifestação desses divergentes interesses (CORRÊA, 2013).

Produto dessas contradições, a mobilidade descendente espacial – objeto de exame desta pesquisa – é definida por Alves (2013) como o processo em que o indivíduo e sua família, não conseguindo mais permanecer em determinada área da metrópole por não possuir recursos para a manutenção da habitação e sem mais escolhas, submete-se à habitações chamadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de precárias (cortiços, favelas) ou passam a ficar em situação de rua; em ambas as circunstâncias, em magnitudes distintas, desassistidos de infraestrutura básica, equipamentos públicos e de um ambiente sadio para reprodução social.

A mobilidade descendente espacial é promovida, sobretudo, pela especulação imobiliária, estratégia dos agentes da produção espacial, principalmente, daqueles que objetivam o lucro por meio da apropriação privada dos dividendos provenientes de melhorias em infraestrutura, equipamentos públicos e desenvolvimento, que são oriundos, maximamente, de investimentos públicos (CAMPOS FILHO, 2011). A especulação imobiliária instala-se em cenários de expectativa de expansão econômica, promessas de oportunidades e/ou reconfiguração das relações entre agentes da produção do espaço.

Neste contexto insere-se o município de Marabá-PA, o qual nas últimas décadas é impactado pelas reverberações dos Grandes Projetos ou promessa de instalação desses. Esse centro urbano, localizado na porção sudeste do Pará, tem experimentado surtos demográficos e observado a densificação e expansão de sua malha urbana, por meio da periferização, o que, por conseguinte, resulta no crescimento de problemáticas, como a mobilidade descendente espacial, a qual, geralmente, é presente em metrópoles.

Os intitulados Grandes Projetos formam um grupo de projetos agropecuários e minero-metalúrgicos, no caso da região sudeste do Pará, como a extração de ferro Grande Carajás, extração de cobre Salobo e indústrias de fundição,

como Siderúrgica Norte Brasil (SINOBRAS), com atuais desdobramentos, como a recente expectativa de instalação da Aços Laminados do Pará (ALPA); os quais têm atraído um vertiginoso contingente populacional de diversas regiões para o município marabaense, redefinindo as relações entre os atores da produção do espaço, nutrido a especulação imobiliária e delineado uma série de desafios para o planejamento urbano.

Considerando o panorama descrito, este artigo objetiva relacionar os Grandes Projetos e a densificação da cidade de Marabá, com os cenários de especulação imobiliária neste núcleo urbano, através da identificação das áreas transformadas pelo fenômeno de mobilidade descendente espacial.

Para o alcance dos objetivos propostos efetuou-se levantamentos bibliográficos para construção de alicerce teórico sobre a estruturação do espaço urbano, consultou-se o acervo fotográfico local que tratassem da evolução urbana marabaense, em conjunto com análise de imagens GeoEyes, além de procedimento *survey* em áreas de ocupações espontâneas e entrevista aos departamentos e secretarias locais de planejamento urbano.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

As atividades da pesquisa seguiram a organização do fluxograma apresentado em Figura 1:

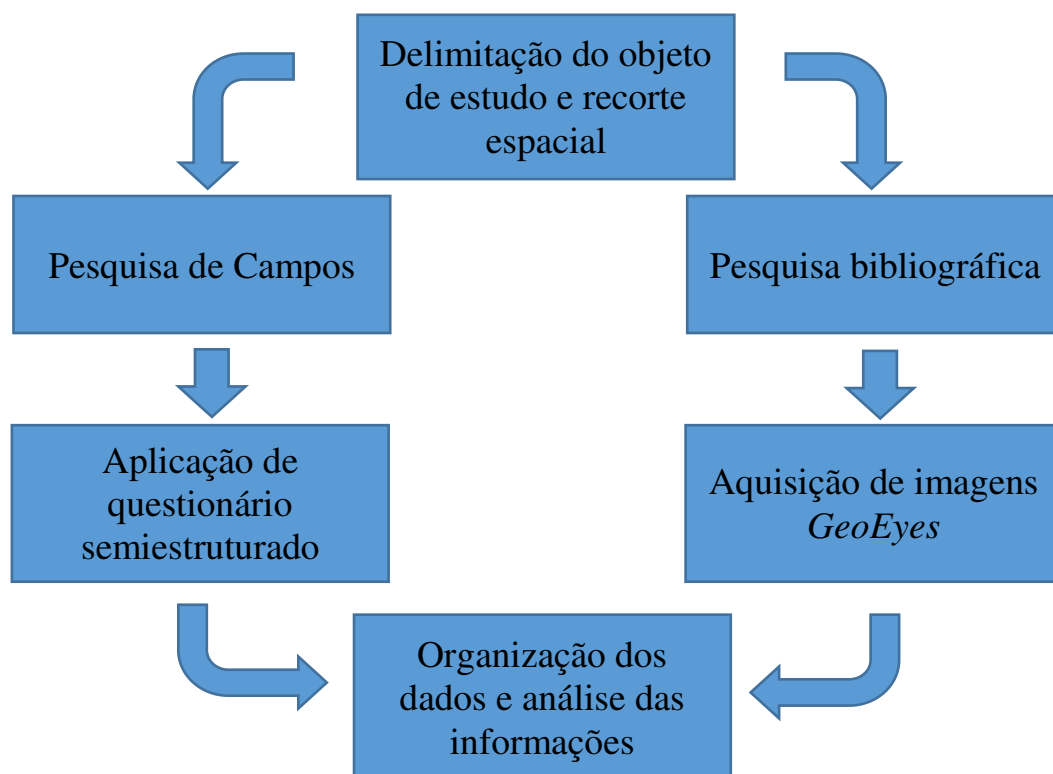


Figura 1 – Fluxograma das atividades de pesquisa. Fonte: Autores, 2016.

A abordagem do tema dá-se de modo qualitativo, sendo este percurso de melhor viabilidade para alcançar o propósito da investigação, conforme recomendado por Corrêa (2013) ao examinar os agentes da produção espacial.

Sobre os procedimentos, empregou-se a investigação bibliográfica e documental objetivando desenvolver o alicerce teórico para interpretação e análise da mobilidade descendente espacial; observando a pouca produção sobre a mobilidade descendente espacial no município marabaense, adotou-se as modalidades de percurso de campo, utilizando *survey* e *ex-post-facto* para coleta de relatos.

Com bases nos questionários semiestruturados aplicados através da metodologia *survey* foi possível mensurar a percepção dos moradores sobre a realidade que vivenciam na área de ocupação e compreender a estruturação do processo a partir do seu ponto de vista. Afinal, para se verificar que se trata de um processo de mobilidade descendente espacial era necessário prospectar a historicidade da ocupação da área.

3 UM ESTUDO DE CASO EM MARABÁ – PA: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO E A ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA

Localizado próximo à Província Mineral de Carajás e em área de abundância de inúmeros recursos naturais, como madeira, reservas minerais e a tradicional castanha-do-Pará, o município de Marabá surge em um contexto colonizador e exploratório, sendo este surgimento conveniente aos planos e estratégias do Governo Federal para a Amazônia Oriental, marca essa de outras cidades amazônicas (BECKER, 2013).

A estruturação da urbanização na Amazônia é calcada em incursões, apropriações, conflitos e exploração humana, de recursos naturais e decorre do comércio de importações direcionado ao mercado externo, sem intenção de produção de desenvolvimento regional (BECKER 2013).

Dado a tônica predatória com a qual os empreendimentos federais voltaram-se para a Amazônia Oriental, não muito pensou-se na salubridade do urbano que germinava neste contexto, em lugar disso, a urbe amazônica foi enxergada apenas como nós logísticos, nutrida como estratégico elemento colonizador e exploratório, uma vez que, detinha espaço para alocar a mão de obra para abastecer os projetos e oferecia os recursos básicos à manutenção e reprodução da vida no seio da floresta.

Conforme Becker (2013) esses centros urbanos consolidaram-se fisicamente amorfos, deficientes e repletos de problemáticas sociourbanas. Como um desses centros, Marabá tem seu perfil forjado nessas variáveis e atualmente experimenta desafios decorrentes dessa evolução histórica. Entre as diversas consequências encontra-se a mobilidade descendente espacial, promovida pela concentração de terras – resultante dessa evolução histórica – com a retenção destas áreas para fins especulativos.

Considerando a atuação regional da cidade de Marabá-PA, pode-se falar enquanto centro urbano, que ela figura como cidade média, na definição de Corrêa (2001).

Desse modo, diante dos processos de produção do espaço e reforço das diferenciações socioespaciais, a metrópole é a escala mais apropriada para a compreensão dos conflitos que apresentam a dinâmica espacial, sendo o ambiente onde melhor se observam as mudanças nos níveis produtivos que se fazem transformações socioespaciais e conduzem em última instância à homogeneização dos espaços (ALVES, 2013). E mesmo sem configurar-se ainda como metrópole, as cidades médias amazônicas, como Marabá, historicamente vivenciam processos e fenômenos que caminham para dilemas metropolitanos.

Nesse sentido e ao tratar da dinâmica espacial, Vasconcelos (2013, p.18) enuncia que

os processos e formas socioespaciais são originários das mudanças atuais sobrepostas às inércias do passado. Processos mais amplos como globalização, mudanças na economia ("pós-fordismo"), redução do papel do Estado, migrações nacionais e internacionais, sem esquecer o papel dos movimentos sociais, são fatores que modificaram as formas das cidades, criando frequentemente novas desigualdades, sem eliminar os conflitos raciais, religiosos e políticos existentes [...]

Conforme visto, os problemas urbanos decorrem da ininterrupta produção e reprodução do espaço dentro de um visão predatória e exploradora dos recursos, configurando-se de forma nociva aos próprios promotores destas transformações por se dar de maneira excludente. Destaca-se neste quadro a expansão do trabalho informal, crescimento de habitações precárias e diferenciação socioespacial de forma negativa.

Observa-se com nitidez nos centros urbanos o confronto de interesses entre as entidades que produzem e reproduzem o espaço. Essa divergência ideológica e social manifesta-se, de acordo com Santos (2009, p. 118), no

território, [sendo este] não apenas o teatro do jogo econômico. O território é base comum de operação para todos os atores produtores do espaço. O papel do estado é determinante e decisivo, pois, por excelência, cabe ao Estado as escolhas dos territórios para a instalação de infraestrutura e equipamentos, com objetivos específicos para atender certas atividades.

Tal disputa de interesses sobre o território traduzem-se frequentemente em diferenciação socioespacial que, de acordo com Corrêa (2007), vincula-se de modo intenso ao processo de produção capitalista e revela-se diferentemente de acordo com os estratos analisados; na escala intraurbana se traduz pela divisão econômica e social do espaço.

Tendo em conta os processos de produção e reprodução socioespaciais, afirma-se que o tecido urbano apresenta tamanha complexidade, que este

se caracteriza a partir de evoluções sociais, econômicas, históricas e políticas as quais o fazem constituir um espaço paradoxal e dialético com rupturas e heterogeneidade em sua totalidade.

Somado a isso, a especulação imobiliária instala-se com o advento e estímulo desses cenários de expectativa de expansão econômica, promessas de oportunidades ou reconfiguração das relações entre agentes da produção do espaço. Esse termo, frequente ao tratar-se dos problemas das cidades, emerge como um dos principais promotores da mobilidade descendente espacial, o fenômeno é, em termos gerais, enunciado por Filho (2001, p. 48), que afirma ser a especulação imobiliária:

[...] uma forma pela qual os proprietários de terra recebem uma renda transferida dos outros setores produtivos da economia, especialmente através de investimentos públicos na infraestrutura e serviços urbanos [...].

A especulação imobiliária caracteriza-se pela distribuição coletiva dos custos de melhoria das localizações, ao mesmo tempo em que há uma apropriação privada, por meio da valorização dos imóveis, dos lucros provenientes dessas melhorias. Tais aprimoramentos referem-se, quase sempre, a implantação de infraestrutura, acessibilidade e serviços urbanos nos entornos do terreno retido para fins especulativos.

Como consequência da especulação imobiliária observa-se inúmeros problemas urbanos como a mobilidade descendente espacial e uma formação heterogênea do tecido urbano – rarefeito em alguns locais e densificado em outros – gerando custos em infraestrutura e assistência social. Resulta desse cenário, a produção de uma cidade desigual, cujos os acessos as benesses da revolução técnico científica informacional não melhoram significativamente a vida de todos.

6 O CASO DE MARABÁ: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Com o incentivo maciço de fluxos migratórios para a cidade, seja a através do Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia) ou mesmo mais recentemente com promessas como a ALPA, o tecido urbano formado está repleto de vetores de ocupações espontâneas, principalmente, nas cotas mais baixas da sede municipal, em áreas de várzea, o que atrela possíveis impactos socioambientais e representa conflito com a vigente legislação ambiental.

Afinal, os fluxos migratórios oriundos das décadas de 70-80 do século XX, enraizaram-se, produziram suas territorialidades, entretanto, nesse momento de promessas de instalação de um novo projeto, instala-se a especulação imobiliária e, assim, verificou-se o aumento de aluguéis resultando em um movimento para outras áreas da cidade. Como pode ser lido no relato de um morador²:

² Entrevista de um morador da Folha 1 (área de ocupação espontânea no núcleo Nova Marabá, Marabá-PA) concedida ao professor Antonio Carlos Santos do Nascimento no dia 08 de junho de 2016.

[...] nós morava alí moço, perto da feira, mas era de aluguel, quando o preço subiu, não teve como ficar mais não, nisso, ficamos sabendo que estava tendo lote na Folha 1, e nos veio [...]

As áreas ocupadas pelas populações atingidas pela mobilidade descendente espacial no município de Marabá são, sobretudo, áreas de várzeas, já que, as zonas de mais altas cotas foram locais onde consolidou-se as centralidades da sede municipal e aglomerados de habitações de alto padrão. O elevado preço da terra nessas zonas, por estarem livres de intempéries como as enchentes e bem localizadas em relação a serviços e outros produtos, inviabiliza a migração de famílias de baixa renda para essas áreas ou impossibilita a permanência destas, dadas as pressões econômicas e simbólicas que são submetidas ao tentarem se instalar/permanecer.

Conforme Figura 2, é claro o avanço das ocupações em direção às áreas de baixas cotas, o que pode ser percebido na imagem pela densa ocupação direcionada para as margens do Rio Tocantins (à esquerda), denominadas ocupações “Alzira Mutran” e “Coca-Cola”.

Figura 2 – Avanço ocupações em direção às várzeas.



Fonte: Google Earth

Na figura 3 pode-se notar que área apresentava-se em 2005, com vegetação secundária, sendo um recurso territorial para expansão da cidade.

Figura 3 – Avanço ocupações em direção às várzeas.



Fonte: Google Earth

Nas ocupações “Alzira Mutran” e “Coca-Cola” ainda é possível visualizar uma escassa vegetação ciliar, entretanto, na Figura 4 que destaca as áreas da “Folha 1”, a ocupação se forma diretamente sobre a margem do Rio Tocantins.

Figura 4 – Folha 1 em área de várzeas



Fonte: Google Earth

Essas áreas da “Folha 1” foram adensadas nos últimos 10 anos (Figura 5). Esse processo de ocupação de áreas sem a mínimas condições de salubridade e infraestrutura condicionam uma série de impactos negativos a qualidade de vida e representam uma ameaça latente de gastos com a saúde pública.

Figura 5 – Áreas onde atualmente localizam-se Folha 1, em 2005.



Fonte: Google Earth

Essas ações espontâneas para provisão habitacional acabam por maximizar os quantitativos de habitações precárias no município, pois não resultam de fato em um combate ao déficit habitacional, pois de acordo com Valente (2003) esse déficit é composto por quatro componentes: reposição por depreciação, o ônus excessivo com aluguel, habitação precária e a coabitação, a Figura 6 exibe habitações comuns nas áreas de ocupação e denunciam a precariedade das moradias e ausência de infraestrutura. Assim, percebe-se que o movimento das ocupações sobre as áreas de várzeas, deflagram a necessidade de ações afirmativas de proteção dessas áreas.

Figura 6 – Habitações precárias da Folha 8 (ocupação proximal a Folha 1, porém mais antiga que essa).



Fonte: Google Street View

Em áreas de ocupações que já passaram por um processo prévio de estruturação percebe-se que a manutenção dos moradores no local começa a tornar-se dificultosa e possivelmente, dada a insegurança fundiária, em caso do imóvel ser utilizado como objeto de troca por quantia monetária (Figura 7), acabará, provavelmente, o grupo familiar deslocando-

se para outras áreas ambientalmente sensíveis a ocupação e sem infraestrutura.

Figura 7 – Ocupante vendendo seu imóvel após melhoria na avenida principal da ocupação. Nas atividades de pesquisa de campo uma quantidade expressiva de anúncios de venda foi encontrada (Folha8).



Fonte: Google Street View

Com base nas entrevistas semiestruturadas realizadas com os moradores, tanto os da ocupação “Alzira Mutran” e “Coca-Cola”, que são ocupações mais antigas e estabilizadas, como também, com os da “Folha 1”, que é uma ocupação mais recente, nos seus discursos foi percebido uma historicidade comum, eles necessitavam de moradias, não podendo arcar com a manutenção de suas antigas habitações (muitos são migrantes que vieram trabalhar nos projetos implementados na região) viram nas ocupações uma possibilidade de ter acesso a uma moradia própria. No caso as áreas mais recentes, uma quantidade expressiva dos ocupantes é descendente desses migrantes pioneiros e para conseguir sair da condição de coabitação participaram do processo de ocupação dessa nova área.

É válido ressaltar que medidas como o Programa Minha Casa Minha Vida do Governo Federal procuram contribuir na reposição de estoques de moradias, entretanto, percebe-se que em geral, na disposição dos conjuntos acabam por ser em áreas distanciadas da cidade, impactando as relações de historicidade e reprodução social e econômica dos moradores. Afinal, por mais que estejam em uma área sem infraestrutura, eles estão próximos do acesso a equipamentos públicos. Diversas habitações de interesse social que foram edificadas no município foram construídas na outra margem do rio, oposta a área de ocupação.

Outro aspecto necessário de ser salientado é que, em outro núcleo da cidade, pode-se observar uma área de geomorfologia similar as anteriormente expostas (Figura 8) que passou por uma remodelação de ocupação e hoje é um condomínio. Nota-se que o estoque territorial do município precisa ser concebido dentro de um planejamento estratégico urbano, não apenas sustentável, mais equânime, para que se produza para o futuro uma cidade cidadã.

Diante da trajetória deste estudo preliminar, observa-se que a mobilidade descendente espacial se processa no município de Marabá, principalmente, em consequência das reverberações de projetos de grande capital implantados na própria sede municipal ou nos entornos do centro urbano.

Os empreendimentos, com destaque para os minero-metalúrgicos, implantados na Amazônia Oriental prometem promover desenvolvimento para o município e região, esta expectativa inflaciona o mercado imobiliário e implica em especulação imobiliária.

Os estoques territoriais estão sendo consumidos pelos agentes imobiliários e os grupos marginalizados consomem áreas que poderiam ser utilizadas de forma estratégica para o combate ao déficit habitacional, contudo, essa ocupação espontânea de forma caótica e desordenada apenas elevará os custos de medidas corretivas e estruturantes.

Figura 8 – Entrada do Condomínio construído as margens do rio Itacaíguas (seta vermelha), no detalhe circulado em vermelho uma vista área do Condomínio.



Fonte: Google Street View/ GeoEye, adaptado.

É necessário compreender que o recurso de uso e ocupação do solo é limitado e uma vez consumido, como o expresso na figura (8), os agentes imobiliários precisarão intervir em outras áreas. Por pressões de ordem diversas, melhorias são feitas em área insalubres, e com o advento da infraestrutura e equipamentos públicos, ocorre a elevação do custo de permanência e outras áreas vulneráveis são então ocupadas devido a mobilidade descendente espacial.

Um caso icônico no estado é o da *Boulevard Doca de Souza Franco*, antigo Igarapé da Almas (Armas?) em Belém, capital (Figura 9). Ao analisar a imagem de uma área antes ocupadas por grupos marginalizados que após a estruturação, organização e benesses da infraestrutura, foram paulatinamente sendo removidos pelas estratégias econômicas e simbólicas

migrando para outras áreas da cidade por não poderem mais manter-se nesse local. Deflagrando o processo de mobilidade descendente espacial. Esse comparativo faz-se no intuito de demonstrar que o que aconteceu em Belém na década de 70 do século passado, encontra-se em curso na cidade de Marabá, e no caso de Belém esse processo resultou em um aumento vertiginoso da periferização, e elevados surtos de doenças de veiculação hídrica na década de 80 e 90 do século XX.

Figura 9 – Na parte superior da Imagem o montante do Igarapé, a esquerda na década de 70, a direita em 2014. Na parte inferior da imagem, a esquerda a montante de onde era o igarapé em 2012 e a direita na década de 70.



Fonte: Conteúdo de um dos cartões postais que ilustram o livro *Belém da Saudade*, 2ª edição — 1998 —, publicado pela Secretaria de Cultura do Estado do Pará com apoio do Ministério da Cultura/ Google Street View/ <https://fauufpa.org/2012/05/02/doca-de-souza-franco-decada-de-1970/>.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o auxílio das imagens GeoEyes foi possível verificar a evolução da ocupação das áreas, sua densificação e fazer uma análise comparativa

com outra área da cidade que já recebeu as melhorias de infraestrutura e, atualmente, uma ocupação de alto padrão econômico.

Considerando a perspectiva de crescimento de Marabá como metrópole, a mobilidade descendente espacial tende a acentuar-se, elevando-se, simultaneamente, o número de habitações precárias, periferização e outros problemas associados, como aumento de população em situação de rua.

Sendo em função da especulação imobiliária o valor da terra elevado, em consequência imediata verifica-se o aumento proporcional no valor dos aluguéis de imóveis. Muitos dos indivíduos e famílias inquilinos destes imóveis detêm pouca estabilidade financeira para permanecerem na habitação alugada frente à revisão dos custos de manutenção, desse modo, deslocam-se para áreas carecentes do fundamental para subsistência digna.

Esse processo ocorreu e ocorre na capital do estado, assim, é notório que medidas de planejamento urbano precisam ser tomadas, em caráter estruturante e estruturado, soluções pontuais são paliativas, assim é fundamental que as políticas de desenvolvimento urbano na área da habitação considerem esse processo e apoie um ordenamento territorial a nível municipal que permita uma visão mais estratégica da ocupação do solo citadino. É preciso que as reservas territoriais sejam garantidas, e considerando que o maior impulsionador de reposição do estoque habitacional na atualidade são os programas de estaduais e federais de habitação de interesse social é primaz que eles sejam concebidos de modo a não permitir a construção de uma produção do meio ambiente construído desigual e injusto.

Apresenta-se como sugestão de direcionamento para investigações futuras a efetividade das intervenções do Plano Local de Habitação de Interesse Social de Marabá frente ao cenário de problemáticas urbanas que se instalam no município, afinal ele é um desdobramento de políticas de desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS

ALVES, Glória da Anunciação. **A mobilidade/imobilidade na produção do espaço metropolitano**. In: VASCONCELOS, P; CORRÊA, R; PINTAUDI, S (org.). A cidade contemporânea: Segregação espacial. São Paulo: Contexto. 2013.

BECKER, Bertha. **A urbe amazônida: a floresta e a cidade**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2013.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A rede urbana brasileira e sua dinâmica: algumas reflexões e questões**. In: Urbanização e cidades: perspectivas geográficas. São Paulo: Gaspar/EDUSP, 2001. P. 359-367.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão** In: VASCONCELOS, P; CORRÊA, R; PINTAUDI, S (org.). A cidade contemporânea: Segregação especial. São Paulo: Contexto. 2013.

FILHO, Candido Malta CAMPOS. **Cidades brasileiras: seu controle ou o caos.** 4 ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

SANTOS, Milton. **A urbanização desigual: A especificidade do fenômeno urbanos nos países subdesenvolvidos.** São Paulo: EdUSP, 2012.

SANTOS, Milton. **A Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

VALENTE, Mary Mendes Guimarães. A questão da Habitação Social na Região Metropolitana de Belém. In: **Saneamento ambiental em áreas urbanas**/organização José Almir Rodrigues Pereira. Belém: EDUFPA, 2003.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Contribuições para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades.** In: VASCONCELOS, P; CORRÊA, R; PINTAUDI, S (org.). A cidade contemporânea: Segregação espacial. São Paulo: Contexto. 2013.